

PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE (UASG) :

981385

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN DO MUNICÍPIO DO CRATO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.295.407,30

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA


22/06/2026 ÀS 09:00 MIN

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO



EDITAL Nº 95081/2026**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.05.08.1**

Torna-se público que o Município do Crato/CE, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1602001/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

O Edital está disponível gratuitamente nos sítios eletrônicos oficiais: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>,
https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
<https://crato.ce.gov.br/licitacao.php>

O certame será realizado por meio do sistema eletrônico <https://compras.gov.br>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	<u>22 / 06 / 2026</u> ÀS <u>09 : 00</u> MIN
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.295.407,30
REGIME DE ENTREGA	POR DEMANDA
MODO DE DISPUTA	ABERTO
PREGOEIRA	VALÉRIA DO CARMO MOURA

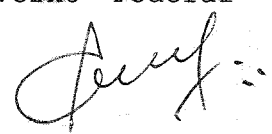
1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN DO MUNICÍPIO DO CRATO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por **ITEM/LOTE**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Os lotes: 01 e 03 - Serão de **AMPLA PARTICIPAÇÃO**. Serão garantidas aos licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I, do Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

2.5.1. Os lotes: 02 e 04 - Serão **COTA RESEVADA PARA ME E EPP**, cota será destinado às microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso III do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014. CONTUDO, É CADASTRADO NO SISTEMA SEM BENEFICIO DEVIDO A LIMITAÇÃO SISTÊMICA DO COMPRAS.GOV.BR. AS EMPRESAS QUE NÃO ENQUADRAR COMO ME/EPP QUE VENHAM A PARTICIPAR/GANHAR ESTE GRUPO SERÁ DESCLASSIFICADA PELA PREGOEIRA.

2.5.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

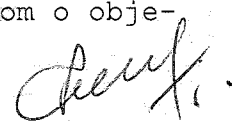
2.6. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

2.7. Item e Lote - O Item 01 e o Lote 05 **SÃO EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E COOPERATIVAS** que se enquadrem nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como do Decreto Municipal nº 1602001/2023.

2.8. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;



2.8.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

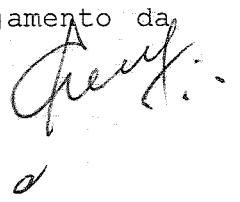
2.8.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. Nos ITENS exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles ITENS.

4.5.2. Nos ITENS em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item.

5.1.2. Quantidade cotada.

5.1.3. Marca / Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

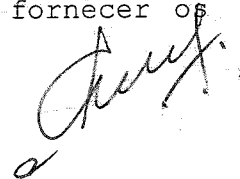
5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os



materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

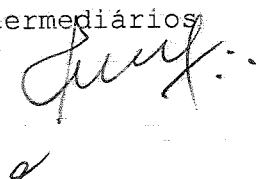
6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários



quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participan-

tes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

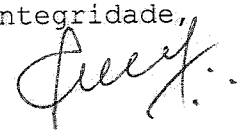
6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. Empresas brasileiras;

6.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

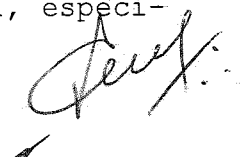
6.24.4. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado aa Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item do edital, especi-



almente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

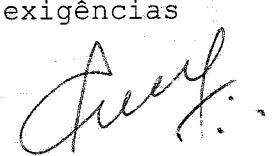
8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecução, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

8.9.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a

execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

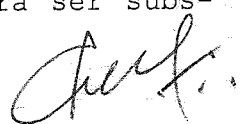
8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.2. **Habilitação Jurídica:**



9.1.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.1.2.7. Documento de identificação do responsável legal (com foto) válido na forma da Lei;

9.1.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.1.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de

negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943);

9.1.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

9.1.4. **Qualificação Econômica-Financeira:**

9.1.4.1. Não será exigida a qualificação econômico-financeira, conforme item 3.1. do termo de referência (Anexo I).

9.1.5. **Qualificação Técnica:**

9.1.5.1. A documentação exigida para QUALIFICAÇÃO TÉCNICA encontra-se no item 4 do Termo de Referência (Anexo I).

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, cópia ou meio digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

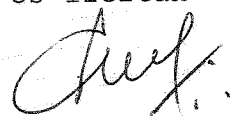
9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

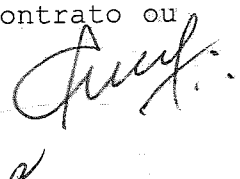
9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou



instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal eletrônica (e-mail), para que seja assinado eletronicamente e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; ou b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato

11. RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.1. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

são no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>, https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e <https://crato.ce.gov.br/licitacao.php>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.6. Fraudar a licitação



12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

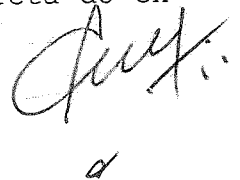
12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do en-



te federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

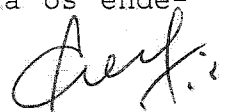
12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endere-



reços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

12.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Solicitadas oficialmente pelo endereço eletrônico **licitacrato@gmail.com**.

13.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos:

<https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas/> e <https://crato.ce.gov.br/licitacaolista.php>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

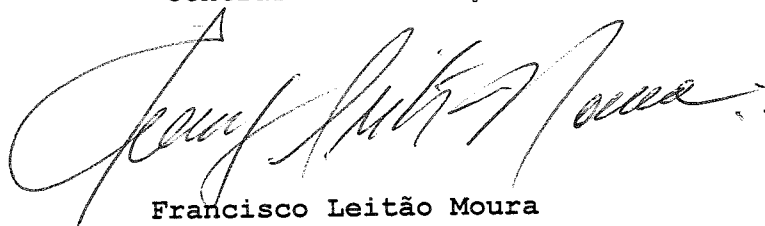
14.11.2. Anexo II - Modelo de Proposta;

14.11.3. Anexo III - Minuta do Contrato.



Charles Antonio Dória do Nascimento

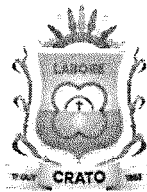
Analista de Gestão
Central de Licitação



Francisco Leitão Moura

Secretário Municipal de Segurança Pública
Portaria de Nomeação nº 125/2026-GP

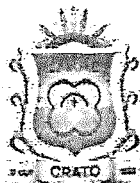
Central
de Licitação



Crato
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - CE
R.S.M. 230
CENTRAL DE LICITAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Apêndice - ETP


TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DESTINADOS A SINALIZAÇÃO

Referência ao processo fluxos nº

Referências aos Estudos Técnicos Preliminares de Nº 010/2026

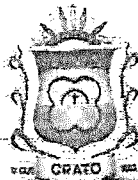
1. DO OBJETO

Aquisição de materiais destinados à implantação, manutenção e reposição da sinalização viária, visando atender às demandas do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN do Município do Crato, com o objetivo de promover maior segurança viária, organização do tráfego e melhoria da mobilidade urbana.

ITEM 1 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QNT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	377815	CONE SINALIZAÇÃO ALTURA: 75 CM LARGURA BASE: 40 CM COR: BRANCA/LARANJA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: CONE DE SINALIZAÇÃO SEMIFLEXÍVEL COM BASE DE BORRACHA. ALTURA DE 75CM, 2 FAIXAS REFLEXIVAS, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO.	UNID	300	R\$ 133,35	R\$ 40.005,00
VALOR TOTAL						R\$ 40.005,00

LOTE 1 - AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QNT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA BRANCA, BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNID	473	R\$ 313,60	R\$ 148.332,80
03	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA AMARELA, baldes 18 litros, atendendo as normas ABNT/NBR 13.699 com apresentação de respectivo laudo.	UNID	473	R\$ 312,32	R\$ 147.727,36
04	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES	UNID	75	R\$ 309,25	R\$ 23.193,75

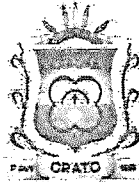
Assinatura



		MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA VERMELHA baldes 18 litros atendendo as normas ABNT/NBR 13.699 com apresentação de respectivo laudo.				
05	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA PRETA BALDES 18 LITROS ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNID	75	R\$ 310,10	R\$ 23.257,50
06	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA AZUL BALDES 18 LITROS ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNID	30	R\$ 314,63	R\$ 9.438,90
07	607602	MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: MICROESFERA DE VIDRO RETROREFLETIVAS DROP ON AC 12 TIPO II A, CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA EM ANEXO: - ESFERICIDADE: HR90 - USADA PARA SITUAÇÕES QUE REQUEREM DESTAQUE DE INCIDÊNCIA DE LUZ E MAIOR DURABILIDADE DE PINTURA. - PODE SER APLICADA IMEDIATAMENTE SOBRE A PINTURA, COM A TINTA AINDA FRESCA OU MISTURA NA PRÓPRIA TINTA. - RENDIMENTO: APROXIMADO DE 400 A 500 G/M² - UTILIZADA JUSTAMENTE COM A TINTA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DEVE SER APLICADA POR ASPERSAO OU MANUALMENTE OU DIRETAMENTE COM A TINTA,	UNID	750	R\$ 205,56	R\$ 154.170,00

Handwritten signature and initials

Secretaria de
Segurança Pública



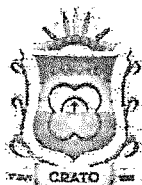
Crato
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO
R.S. Nº 151
CENTRAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO

		AGREGANDO CARACTERÍSTICAS DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE A MESMA. - COMERCIALIZADA EM SACOS DE 25KG. - DEVE SER APLICADA POR ASPERSÃO OU MANUALMENTE DIRETAMENTE COM TINTA. - ESTE MATERIAL ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES: NBR 16184:2013 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA - ESFERAS E MICROESFERAS DE VIDRO - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.				FLS. Nº 233 CENTRAL DE LICITAÇÃO
08	607602	MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICADA; SINALIZAÇÃO VIÁRIA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: MICROESFERA DE VIDRO TIPO IB E SIMILAR A TIPO PREMIX PACOTE DE 25KG; DEVERÁ SER MISTURADA DIRETAMENTE NA LATA DE TINTA, PERMITINDO A RETRO REFLETIVIDADE, AGREGANDO CARACTERÍSTICA DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE DA MESMA; CONFORME LAYOUT DE QUALIDADE DE APLICAÇÃO DA MICROESFERA; PACOTE DE 25KG; ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES: NBR 16.184.2013. - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.	UNID	750	R\$ 190,79	R\$ 143.092,50
VALOR TOTAL						R\$ 649.212,81

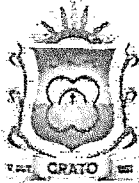
LOTE 2 - COTA PARA ME E EPP						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QNT.	VALOR UNID.	VALOR TOTAL
09	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA BRANCA BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNI	157	R\$ 313,60	R\$ 49.235,20
10	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA AMARELA baldes 18 litros	UNI	157	R\$ 312,32	R\$ 49.034,24

Assinatura



		atendendo as normas ABNT/NBR 13.699 com apresentação de respectivo laudo.				FLS. Nº <u>234</u>
11	262732	TINTA — DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA VERMELHA baldes 18 litros, atendendo as normas ABNT/NBR 13.699 com apresentação de respectivo laudo.	UNI	25	R\$ 309,25	R\$ 7.731,25
12	262732	TINTA — DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA PRETA BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNI	25	R\$ 310,10	R\$ 7.752,50
13	262732	TINTA — DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA AZUL BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNI	10	R\$ 314,63	R\$ 3.146,30
14	607602	MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: MICROESFERA DE VIDRO RETROREFLETIVAS DROP ON AC 12 TIPO II A, CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA EM ANEXO. — ESFERICIDADE: HR90 — USADA PARA SITUAÇÕES QUE REQUEREM DESTAQUE DE INCIDÊNCIA DE LUZ E MAIOR DURABILIDADE DE PINTURA. — PODE SER APLICADA IMEDIATAMENTE SOBRE A PINTURA, COM A TINTA AINDA	UNID	250	R\$ 205,56	R\$ 51.390,00

Handwritten signature and date: 19/06

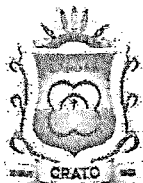


		FRESCA OU MISTURA NA PRÓPRIA TINTA. - RENDIMENTO APROXIMADO DE 400 A 500 G/M². - UTILIZADA JUSTAMENTE COM A TINTA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DEVE SER APLICADA POR ASPERSÃO OU MANUALMENTE OU DIRETAMENTE COM A TINTA, AGREGANDO CARACTERÍSTICAS DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE A MESMA. - COMERCIALIZADA EM SACOS DE 25KG. - DEVE SER APLICADA POR ASPERSÃO OU MANUALMENTE DIRETAMENTE COM TINTA. - ESTE MATERIAL ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES NBR 16184:2013 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA - ESFERAS E MICROESFERAS DE VIDRO. - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.				
15	607602	MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: MICROESFERA DE VIDRO TIPO IB E SIMILAR A TIPO PREMIX PACOTE DE 25KG; DEVERÁ SER MISTURADA DIRETAMENTE NA LATA DE TINTA, PERMITINDO A RETRO REFLETIVIDADE, AGREGANDO CARACTERÍSTICA DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE DA MESMA; CONFORME LAYOUT DE QUALIDADE DE APLICAÇÃO DA MICROESFERA; PACOTE DE 25KG; ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES NBR 16184:2013 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.	UNID	250	R\$ 190,79	R\$ 47.697,50
VALOR TOTAL						R\$ 215. 986,99

LOTE 3 - AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QNT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	479327	RESINA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO COR: BRANCA SOLUBILIDADE: INSOLÚVEL EM ÁGUA COMPOSIÇÃO BÁSICA: COMP A - RESINA; COMP B: ENDURECEDOR TIPO: EPÓXI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADESIVO BICOMPONENTE OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: COLA ADESIVA PARA TACHAS E TACHÕES EPÓXI OU POLIÉSTER, COMPOSTO EM PRODUTO A + PRODUTO D (CATALIZADOR), SENDO QUE A MISTURA A+B, ATIVARÁ O PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO (CURA) DA COLA EMPREGADA NA FIXAÇÃO DOS	UNID	2250	R\$ 110,30	R\$ 248.175,00

Handwritten signature and initials

Secretaria de
Segurança Pública



Crato
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO

F.S.N. 154

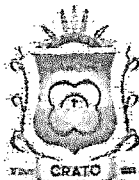


PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO

		ELEMENTOS SOBRE A VIA EMBALAGEM DE 5KG.				F.S.N. 234
17	437027	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TACHÃO AMARELO COM REFLETIVO MONODIRECIONAL BRANCO CONFECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM	UNID	525	R\$ 32,33	R\$ 16.973,25
18	437027	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TACHÃO AMARELO COM REFLETIVO BIDIRECIONAL BRANCO CONFECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM	UNID	600	R\$ 42,89	R\$ 25.734,00
VALOR TOTAL						R\$ 290.882,25

LOTE 4 - COTA PARA ME E EPP						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QNT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	479327	RESINA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO COR: BRANCA SOLUBILIDADE: INSOLÚVEL EM ÁGUA COMPOSIÇÃO BÁSICA: COMP A: RESINA; COMP B: ENDURECEDOR TIPO: EPÓXI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADESIVO BICOMPONENTE OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: COLA ADESIVA PARA TACHAS E TACHÕES EPÓXI OU POLIÉSTER COMPOSTO EM PRODUTO A + PRODUTO D (CATALIZADOR), SENDO QUE A MISTURA A+B ATIVARÁ O PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO (CURA) DA COLA EMPREGADA NA FIXAÇÃO DOS ELEMENTOS SOBRE A VIA EMBALAGEM DE 5KG.	UNID	750	R\$ 110,30	R\$ 82.725,00
20	437027	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM	UNID	175	R\$ 32,33	R\$ 5.657,75

Ass: [assinatura]



		COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS OBSERVAÇÃO: COMPLEMENTAR TAÇÃO AMARELO COM REFLETIVO MONODIRECIONAL BRANCO CONFECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM.				
21	437927	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS OBSERVAÇÃO: COMPLEMENTAR TAÇÃO AMARELO COM REFLETIVO BIDIRECIONAL BRANCO CONFECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM.	UNID.	200	R\$ 42,89	R\$ 8.578,00
VALOR TOTAL						R\$ 96.960,75

LOTE 5 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QNT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	404276	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO COMPRIMENTO: 23 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE/GARFO DE AÇO ALTURA LÃ 25 MM OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR ROLO PARA PINTURA 23CM COM 100% LÃ DE CARNEIRO NATURAL TRAMADA EM TECIDO.	UNI	50	R\$ 34,80	R\$ 1.740,00
23	397730	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO COMPRIMENTO: 9 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO	UNI	50	R\$ 12,39	R\$ 619,50
VALOR TOTAL						R\$ 2.359,50

1.1. O objeto decorreu de estudo de solução, com fundamentação e análises constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 010/2026.

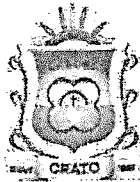
1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 1602001/2023 - GP.

1.3. A aquisição de materiais destinados à implantação, manutenção e reposição da sinalização viária justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de segurança, orientação e organização do tráfego no âmbito do Município do Crato.

A sinalização viária é elemento essencial para disciplinar a circulação de veículos e pedestres, contribuindo diretamente para a prevenção de acidentes, redução de conflitos e melhoria da fluidez do trânsito. A utilização de materiais adequados, padronizados e em conformidade com as normas técnicas vigentes possibilita maior durabilidade, visibilidade e eficiência dos dispositivos de sinalização, assegurando sua efetividade mesmo em condições adversas.

Além disso, a implantação e manutenção contínua da sinalização horizontal e vertical, bem como a utilização de dispositivos auxiliares, como tachas, tachões e segregadores, garantem melhor

[Assinatura]



organização do espaço viário, aumento da percepção de risco pelos condutores e maior segurança para todos os usuários das vias públicas.

Dessa forma, a presente aquisição mostra-se indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade das ações desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, contribuindo para a promoção da segurança viária, ordenamento do tráfego e melhoria da mobilidade urbana no Município do Crato.

1.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

2. FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação se dará através de licitação por Pregão Eletrônico.

2.2. Não será utilizado o sistema de registro de preços.

2.3. O critério de julgamento será: menor preço por itens e lotes.

2.3.1. A presente contratação será realizada com divisão em itens e lotes, considerando a natureza dos materiais de sinalização viária a serem adquiridos.

A adoção dessa forma de julgamento tem por objetivo ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive aqueles que não comercializam todos os itens, promovendo, assim, maior economicidade para a Administração Pública.

A divisão em itens e lotes permite ainda melhor organização da contratação, agrupando materiais com características semelhantes, como sinalização vertical, sinalização horizontal e dispositivos auxiliares, garantindo maior eficiência logística na entrega e no gerenciamento dos materiais.

Resalta-se que, mesmo com a divisão, serão mantidos critérios técnicos e especificações padronizadas, de modo a assegurar a qualidade, compatibilidade e uniformidade dos materiais utilizados pelo Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN.

Dessa forma, a adoção do julgamento por itens e lotes atende ao interesse público, promovendo eficiência, economicidade e ampla concorrência.

2.3.2. Os lotes: 01 e 03 – Serão de AMPLA PARTICIPAÇÃO. Serão garantidas aos licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I, do Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

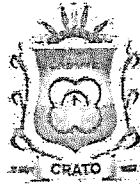
2.3.3. Os lotes: 02 e 04 – Serão COTA RESEVADA PARA ME E EPP, cota será destinado às microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso III do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014. CONTUDO, É CADASTRADO NO SISTEMA SEM BENEFICIO DEVIDO A LIMITAÇÃO SISTÊMICA DO COMPRAS.GOV.BR, AS EMPRESAS QUE NÃO ENQUADRAR COMO ME/EPP QUE VENHAM A PARTICIPAR/GANHAR ESTE GRUPO SERÁ DESCLASSIFICADA PELA PREGOEIRA.

2.3.4. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

2.3.5. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

2.3.6. Item e Lote – O Item 01 e o Lote 05 são exclusivos para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e cooperativas que se enquadrem nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como do Decreto Municipal nº 1602001/2023.

[Assinatura]
Mun



2.4. Subcontratação

- 2.4.1. Fica dispensada a exigência de apresentação de amostras físicas, em razão da inviabilidade técnica e operacional, devendo, entretanto, ser apresentados documentos comprobatórios que atestem a conformidade dos itens com as especificações descritas no Item 1 (Do Objeto) deste Termo de Referência.
- 2.4.2. Para fins de comprovação das especificações, a licitante deverá apresentar, no momento da proposta ou quando solicitado:

- Catálogo, folder, manual técnico ou ficha de especificações do fabricante;
- Fotografias oficiais dos materiais ofertados;
- Declaração do fabricante ou distribuidor atestando que os materiais atendem às características exigidas neste Termo de Referência;

- 2.4.3. Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições, e em conformidade com todas as especificações estabelecidas neste documento e com as normas técnicas vigentes.

- 2.4.4. Os materiais deverão apresentar qualidade, durabilidade e resistência adequadas às condições de uso em vias públicas, incluindo exposição a intempéries, tráfego intenso e variações climáticas.

- 2.4.5. Quando aplicável, os materiais deverão atender aos padrões de refletividade, cores, dimensões e demais requisitos técnicos estabelecidos pelas normas do CONTRAN e demais regulamentações pertinentes.

- 2.4.6. As comprovações das especificações poderão ser entregues no endereço: Avenida Perimetral Dom Francisco, 220, Pinto Madeira, Crato - CE, ou através do endereço eletrônico institucional indicado pela Administração, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

- 3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme detalhamento em edital.

- 3.2. Em relação ao item 3.1, não será exigida a qualificação econômico-financeira.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de materiais de sinalização viária, com características compatíveis em natureza, quantidade e complexidade com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

- 4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- 4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- 4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 4.5. Comprovação de que os materiais ofertados atendem às normas técnicas vigentes, especialmente às regulamentações do CONTRAN, bem como às normas da ABNT e, quando aplicável, do DNIT.

- 4.6. Quando aplicável, comprovação de que os materiais possuem características técnicas certificadas, tais como níveis de refletividade, durabilidade e resistência, por meio de laudos técnicos, certificados de conformidade ou documentação do fabricante.

[Handwritten signature]



5. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1. O instrumento formal da contratação será o contrato administrativo, cuja minuta integra o edital.
- 5.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por simples apostila.
- 6.3. Ao assinar o contrato, o contratado deverá indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução, informando seus contatos telefônicos e endereço eletrônico (e-mail) para comunicação direta com a Administração.
- 6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico para esse fim.
- 6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente relacionadas ao fornecimento e entrega dos materiais de sinalização viária.
- 6.6. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto — incluindo fornecimento e entrega dos materiais —, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) previamente designado(s), a quem competirá:
- acompanhar a entrega dos materiais, verificando sua conformidade com as especificações técnicas;
 - conferir a qualidade, quantidade e condições dos materiais fornecidos;
 - registrar ocorrências e determinar as correções necessárias;
 - atestar o cumprimento das obrigações contratuais;
 - emitir o atesto para fins de pagamento, após verificação da regular execução do objeto.
- 6.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) de contrato formalmente designado(s) pela Administração, nos termos da legislação vigente.

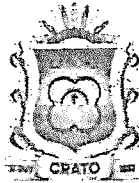
Unidade Orçamentária	Unidades responsáveis	Fiscal de Contrato	Fiscal de Contrato substituto
Departamento Municipal de Trânsito	1. DEMUTRAN	Ricardo Regis da Silva Nascimento Diretor do Demutran CPF: 853.189.233-91 Portaria: 27/2025 SMSP	João Bosco Santos Sousa Gerente de Educação e Trânsito CPF: 803.688.913-72 Portaria: 27/2025 SMSP

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO:

- 7.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimentos da ordem de compra em remessa única.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]



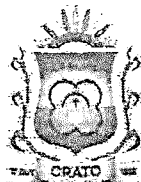
8. REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.1. As solicitações de fornecimento ocorrerão por meio da emissão de Ordem de Compra, encaminhada à empresa por canais oficiais e/ou ao preposto indicado.
- 8.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar formalmente as razões, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.
- 8.3. A comunicação deverá atender ao disposto no item 6 deste Termo de Referência.
- 8.4. Os materiais deverão ser entregues no endereço do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN ou em local previamente indicado pela Administração, no Município do Crato/CE.
- 8.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pela fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.7. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos materiais com as especificações técnicas, no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, mediante termo detalhado.
- 8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para verificação do atendimento das exigências contratuais.
- 8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade ou quantidade dos materiais fornecidos, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal da parcela incontroversa.
- 8.10. O prazo para solução de inconsistências na execução não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 8.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e segurança dos materiais fornecidos.

9. GARANTIA

- 9.1. Garantia, manutenção e assistência técnica.
- 9.2. O prazo de garantia dos materiais destinados à sinalização viária horizontal e vertical fornecidos ao DEMUTRAN será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.
- 9.3. A garantia deverá assegurar a qualidade, durabilidade, resistência e conformidade dos materiais fornecidos, sem ônus adicional para a Administração.
- 9.4. A cobertura da garantia abrange defeitos de fabricação, baixa qualidade dos materiais, desconformidade com as especificações técnicas, perda prematura das características de refletividade, aderência ou resistência, bem como quaisquer vícios que comprometam a adequada utilização dos insumos destinados à sinalização viária.
- 9.5. A contratada deverá substituir, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeitos de fabricação, desconformidade com as especificações técnicas exigidas ou vícios que comprometam sua adequada utilização, durante o período de garantia.
- 9.6. A substituição dos materiais deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação emitida pela Administração.
- 9.7. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, mediante justificativa formal aceita pela Administração.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



- 9.8. Caso a contratada não realize a substituição no prazo estabelecido, a Administração poderá adotar as medidas cabíveis previstas no instrumento convocatório e contratual, inclusive aplicação das penalidades pertinentes.
- 9.9. O fornecimento, transporte e substituição dos materiais durante o período de garantia serão de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração.
- 9.10. A garantia possui prazo próprio e independente da vigência contratual, podendo ser aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório e contratual em caso de descumprimento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Fornecer os materiais destinados à sinalização viária horizontal em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.2. Entregar os materiais no prazo estabelecido pela Administração, no local indicado para recebimento.
- 10.3. Garantir a qualidade, durabilidade e conformidade dos materiais fornecidos, observando as normas técnicas aplicáveis.
- 10.4. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, sem ônus adicional para a Administração.
- 10.5. Substituir, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeitos, inconformidades ou divergências em relação às especificações exigidas.
- 10.6. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.7. Indicar representante responsável pelo acompanhamento das entregas e atendimento às solicitações da Administração.
- 10.8. Cumprir todas as normas técnicas e regulamentações aplicáveis ao fornecimento dos materiais.

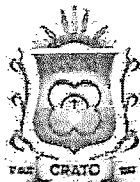
11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.2. Verificar a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações técnicas exigidas.
- 11.3. Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades, defeitos ou inconformidades constatadas nos materiais entregues.
- 11.4. Efetuar o pagamento à contratada no prazo e forma estabelecidos no contrato.
- 11.5. Disponibilizar local adequado para recebimento dos materiais.

12. PREVISÃO DE PENALIDADES

- 12.1. As penalidades e sanções referentes ao certame serão dispostas em edital, conforme orientação do Setor de Licitações e Contratos, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual atenderão às disposições abaixo.
- 12.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 12.4. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.5. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou comprometa a execução do fornecimento dos materiais;
- 12.6. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos materiais, sem motivo justificado;
- 12.8. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.9. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- 12.12. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 12.13. advertência;

[Assinatura]
Pública



- 12.14. multa;
- 12.15. impedimento de licitar e contratar;
- 12.16. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 12.17. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos causados à Administração;
- a existência de programa de integridade, quando aplicável.

- 12.18. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente para infrações de menor potencial ofensivo, quando não se justificar penalidade mais grave.
- 12.19. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos de inexecução parcial ou total e retardamento injustificado, quando não se justificar penalidade mais grave, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos.
- 12.20. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada nos casos de fraude, conduta inidônea ou prática de atos ilícitos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.21. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência da autoridade superior, precedida de análise jurídica.
- 12.22. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

13. APLICAÇÃO DE MULTA

- 13.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais, até o limite de 10 (dez) dias;
- 13.2. Compensatória de 0,5% a 5% do valor do contrato para infrações relacionadas à fraude ou declaração falsa;
- 13.3. De 5% a 10% do valor do contrato em caso de inexecução total;
- 13.4. De 10% a 15% do valor do contrato em caso de grave dano à Administração;
- 13.5. De 1% a 5% do valor do contrato para atrasos injustificados;
- 13.6. De 1% a 10% do valor do contrato para inexecução parcial;
- 13.7. Caso a multa e eventuais indenizações superem o valor devido, a diferença poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou cobrada judicialmente.
- 13.8. Será garantido ao contratado o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 13.9. A aplicação das sanções mais graves dependerá de processo administrativo de responsabilização, nos termos da legislação vigente.
- 13.10. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com possibilidade de rescisão contratual.
- 13.11. O procedimento para aplicação das penalidades seguirá a regulamentação interna da Administração Pública contratante.

14. FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contém os elementos necessários e essenciais, tais como: prazo de validade; data de emissão; dados do contrato e do órgão contratante; descrição dos materiais fornecidos; comprovação da entrega; valor a pagar; e eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.
- 14.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas

Assinatura

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização da situação, sem ônus para a Administração.

- 14.3. Estando a documentação regular, o processo será encaminhado conforme fluxo definido pela Secretaria de Finanças e Planejamento para os trâmites de liquidação e pagamento.
- 14.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, preferencialmente no Banco Bradesco.
- 14.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, condicionado à entrega integral do objeto, em conformidade com o contrato e este Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP.
- 14.6. Deverá ser respeitada a ordem cronológica de pagamentos prevista no artigo 141 da Lei nº 14.133/2021.

15. POSSIBILIDADE DE REAJUSTE

- 15.1. Os valores contratados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, conforme índice a ser definido no edital e no contrato.
- 15.2. Poderá, ainda, ocorrer a revisão dos valores contratados para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VII do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP, nas hipóteses de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior, ou ainda em decorrência de fato do príncipe.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal vigente.
- 16.2. A contratação será atendida pelas dotações orçamentárias indicadas pela Secretaria competente no momento da formalização do processo administrativo e emissão da reserva orçamentária:

Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Dotação orçamentária	Natureza da Despesa
Departamento Municipal de Trânsito	Modernização e Sinalização do Trânsito	06.122.0802.2.042.0000	3.3.90.30.00 Material de consumo

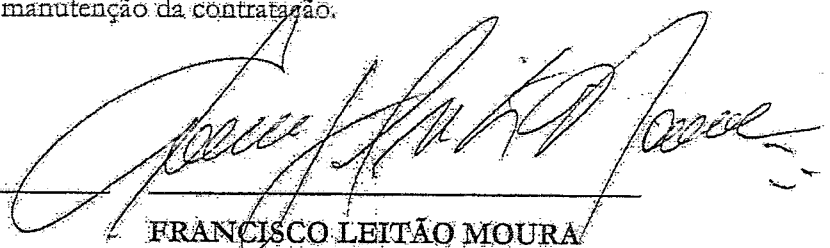
17. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, em conformidade com o art. 106, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que, nas contratações de fornecimento continuado, a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados e a vantajosidade da manutenção da contratação.

Crato- CE, 07 de maio de 2026

Fabiane Feitoza Freire

Fabiane Feitoza Freire

Equipe de Planejamento

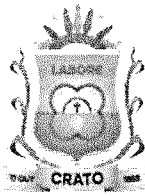


FRANCISCO LEITÃO MOURA

Secretário Municipal de Segurança Pública

Portaria de Nomeação nº 125/2026-GP

Central
de Licitação



Crato
PREFEITURA

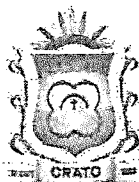


PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO/CE

FLS. Nº 245

CENTRAL DE LICITAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (Apêndice do TR)

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – SSP Nº 10/2026**
Departamento Municipal de Trânsito- DEMUTRAN

PROBLEMA IDENTIFICADO: Necessidade de aquisição de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical do Município do Crato/CE, considerando o desgaste natural dos materiais existentes, a insuficiência quantitativa para atendimento da malha viária urbana e a necessidade de padronização da sinalização conforme as normas vigentes de trânsito. A aquisição visa atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Segurança Pública, por meio do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, assegurando condições adequadas de segurança viária, organização do tráfego e fluidez da circulação, bem como contribuindo para a prevenção de acidentes e para a eficiência das ações de fiscalização, orientação e mobilidade urbana.

INTRODUÇÃO

A sinalização viária, tanto horizontal quanto vertical, constitui elemento fundamental para a organização do trânsito, a segurança dos usuários das vias públicas e a eficiência da mobilidade urbana. Mais do que componentes visuais, as sinalizações configuram instrumentos essenciais de gestão do tráfego, orientação dos condutores e pedestres, prevenção de acidentes e apoio às ações de fiscalização e controle viário.

No âmbito do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, vinculado à Secretaria Municipal de Segurança Pública do Município do Crato/CE (SMSP), a manutenção adequada e contínua da sinalização viária é indispensável para o cumprimento das atribuições legais do órgão, especialmente no que se refere ao ordenamento do tráfego, à segurança viária e à promoção de condições adequadas de circulação nas vias urbanas.

Atualmente, o município enfrenta crescimento das demandas relacionadas à mobilidade urbana, decorrente, entre outros fatores, do aumento da frota de veículos, da intensificação do fluxo viário e da ampliação das áreas urbanizadas. Esse cenário exige intervenções constantes na sinalização, de modo a assegurar sua visibilidade, padronização e conformidade com as normas de trânsito vigentes.

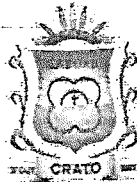
Observa-se que parte da sinalização existente apresenta desgaste natural, deterioração ou insuficiência quantitativa para atendimento pleno da malha viária municipal, o que compromete a efetividade das ações de orientação e fiscalização, além de potencializar riscos à segurança dos usuários das vias.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo analisar a necessidade de aquisição de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical do Município do Crato/CE, bem como identificar os requisitos técnicos e operacionais necessários para garantir a segurança viária, a organização do tráfego e a fluidez da circulação urbana. O documento integra a etapa inicial do planejamento da contratação, servindo de base para a definição da solução mais adequada, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação se faz necessária diante da crescente demanda por ações de organização, controle e segurança do trânsito no Município do Crato/CE, especialmente no que se refere à manutenção, implantação e revitalização da sinalização viária horizontal e vertical. O aumento expressivo da frota de veículos em circulação diária, aliado à expansão territorial da cidade e à maior complexidade das intervenções urbanas, impõe ao Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN o

Fluiz



fortalecimento de sua capacidade operacional para garantir a adequada orientação dos usuários das vias públicas.

A sinalização viária atualmente existente apresenta, em diversos pontos, desgaste natural, deterioração, perda de visibilidade e insuficiência quantitativa para atender de forma plena a malha viária urbana, fatores que comprometem a eficiência das ações de fiscalização, a fluidez do tráfego e a segurança de condutores e pedestres. Soma-se a isso a necessidade de padronização da sinalização conforme as normas técnicas e regulamentações vigentes, de modo a assegurar uniformidade, clareza e conformidade legal.

Nesse contexto, a aquisição de insumos destinados à sinalização viária revela-se medida indispensável para viabilizar intervenções contínuas e preventivas, bem como o atendimento tempestivo às demandas cotidianas e emergenciais relacionadas ao trânsito, como readaptações viárias, implantação de novas sinalizações, substituição de materiais danificados e reforço da sinalização em pontos críticos.

A disponibilização adequada desses insumos permitirá ao DEMUTRAN ampliar a eficiência de suas ações, garantir maior organização do tráfego, reduzir riscos de acidentes e assegurar melhores condições de circulação nas vias públicas, contribuindo diretamente para a segurança viária e a mobilidade urbana.

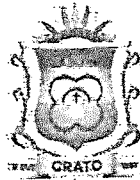
Dessa forma, a contratação proposta visa atender a uma necessidade real, contínua e essencial da Administração Pública, fortalecendo a atuação do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, promovendo a melhoria da infraestrutura viária e assegurando o interesse público no Município do Crato/CE.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando a complexidade e a relevância da contratação, o fornecimento dos insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, deverá observar requisitos técnicos, legais e operacionais devidamente definidos, de modo a assegurar a eficiência, a segurança, a padronização e a economicidade da solução adotada.

I. REQUISITOS GERAIS

1. Os insumos de sinalização viária horizontal e vertical deverão ser novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de armazenamento e aplicação, acompanhados de especificações técnicas e, quando aplicável, garantia do fabricante;
2. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e regulamentações vigentes, especialmente aquelas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando aplicáveis;
3. Os insumos deverão apresentar características técnicas compatíveis com o uso contínuo e intensivo em vias urbanas, incluindo resistência ao desgaste, às intempéries, à abrasão e às condições climáticas locais;
4. Os materiais destinados à sinalização vertical e horizontal deverão assegurar adequada visibilidade, legibilidade e padronização, inclusive em condições adversas, como baixa luminosidade ou intempéries, contribuindo para a segurança dos usuários das vias;
5. Os insumos deverão possuir durabilidade compatível com o desempenho esperado para o serviço público, bem como relação custo-benefício adequada, visando à economicidade e à eficiência do gasto público;
6. Os produtos deverão ser fornecidos com documentação técnica regular e completa, incluindo fichas técnicas, certificados de conformidade ou laudos, quando exigidos, possibilitando sua imediata utilização após o recebimento definitivo;



7. O fornecedor deverá garantir disponibilidade contínua dos insumos, bem como condições adequadas de fornecimento e reposição, assegurando suporte às demandas operacionais do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN ao longo da vigência contratual.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A análise de soluções constitui etapa essencial do planejamento da contratação, pois permite a compreensão do mercado fornecedor e a identificação da alternativa mais adequada para atendimento da demanda administrativa. Nesse contexto, torna-se necessária a avaliação de estratégias que considerem as especificidades da atuação municipal, as limitações orçamentárias, a disponibilidade de recursos operacionais e a necessidade de assegurar segurança, eficiência e padronização da sinalização viária no Município do Crato/CE, no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública, por meio do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN. Para atender à demanda objeto deste Estudo Técnico Preliminar, procedeu-se à análise das alternativas disponíveis no mercado, com o objetivo de selecionar a solução que melhor atenda às necessidades da Administração Pública.

Solução 1 – Contratação de empresa para execução integral dos serviços de sinalização viária (fornecimento e aplicação dos materiais).

Esta alternativa considera a contratação de empresa especializada para executar, de forma integral, os serviços de sinalização viária horizontal e vertical, incluindo o fornecimento dos materiais e a aplicação direta nas vias públicas.

Vantagens: A contratação integrada reduziria a necessidade de mão de obra própria para execução dos serviços, transferindo à contratada a responsabilidade pelo fornecimento e pela aplicação dos insumos, o que poderia representar maior agilidade na execução pontual de intervenções específicas.

Desvantagens: Entretanto, essa solução implica maior custo global, menor flexibilidade operacional e dependência contínua de terceiros para intervenções rotineiras e emergenciais. Além disso, limita a atuação direta do DEMUTRAN, que já dispõe de equipe técnica apta à execução da sinalização, e dificulta a programação contínua das ações, sobretudo em demandas imediatas.

Conclusão: Diante do custo elevado, da menor autonomia administrativa e da dependência operacional, não se recomenda a adoção desta solução como alternativa principal.

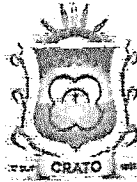
Solução 2 – Contratação parcelada e sob demanda para aquisição gradual dos insumos de sinalização viária. Este cenário avalia a possibilidade de aquisição gradual dos insumos destinados à sinalização viária horizontal e vertical, mediante contratações parceladas e conforme o surgimento das demandas operacionais do DEMUTRAN, evitando a formação de estoque em maior escala.

Vantagens: A aquisição sob demanda reduz a necessidade de armazenamento contínuo de materiais, possibilita adequação das compras à disponibilidade orçamentária e evita eventual aquisição excessiva de insumos. Além disso, permite atualização gradual dos materiais conforme as necessidades operacionais do Município.

Desvantagens: Entretanto, a realização de contratações frequentes pode gerar maior custo administrativo, aumento do tempo de resposta para execução das manutenções e risco de descontinuidade no abastecimento dos insumos necessários às atividades de sinalização viária. A ausência de estoque mínimo também pode comprometer o atendimento imediato das demandas emergenciais e prejudicar a eficiência das ações de manutenção preventiva e corretiva da sinalização urbana.

Conclusão: Embora a contratação gradual apresente vantagens relacionadas ao controle de estoque e à adequação orçamentária, a solução não se mostra a mais eficiente para atender às necessidades contínuas do DEMUTRAN, considerando a necessidade de disponibilidade permanente dos insumos para manutenção da sinalização viária do Município. Dessa forma,

Assinatura



mostra-se mais vantajosa a realização de contratação que assegure fornecimento adequado, contínuo e planejado dos materiais necessários.

Solução 3 – Aquisição de insumos voltados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, por meio de processo licitatório, visando garantir a adequada conservação, visibilidade e segurança das vias públicas.

Este cenário contempla a aquisição de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical do Município do Crato/CE, por meio de processo licitatório, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, considerando o desgaste natural dos materiais existentes, a insuficiência quantitativa para atendimento da malha viária urbana e a necessidade de padronização da sinalização conforme as normas vigentes de trânsito.

Vantagens: A aquisição por meio de licitação pública possibilita à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, assegurando ampla concorrência e a observância dos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e economicidade. A aquisição de insumos novos e padronizados contribui para maior durabilidade da sinalização, redução de custos com manutenções corretivas, melhoria da segurança viária e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, além de facilitar o planejamento e a gestão das ações do DEMUTRAN.

Desvantagens: A principal desvantagem refere-se ao risco de fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, risco este mitigável mediante a elaboração de Termo de Referência claro, detalhado e preciso, aliado à fiscalização adequada da execução contratual.

Conclusão: Diante da análise realizada, verifica-se que a aquisição de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, por meio de processo licitatório, mostra-se a alternativa mais viável e recomendável, por representar a solução mais eficiente, segura, econômica e juridicamente adequada para atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Segurança Pública, por intermédio do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, assegurando melhores condições de mobilidade e segurança à população do Município do Crato/CE.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical do Município, por meio de licitação pública na modalidade Pregão, em formato eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Essa modalidade mostra-se adequada por possibilitar ampla concorrência, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com maior transparência, competitividade e economicidade.

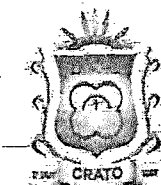
A contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública, por intermédio do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, considerando a crescente demanda por ações de organização do tráfego, segurança viária e manutenção da malha viária urbana. O desgaste natural dos materiais existentes, aliado à insuficiência quantitativa dos insumos atualmente disponíveis, torna imprescindível a reposição e padronização da sinalização viária, em conformidade com as normas técnicas e de trânsito vigentes.

A aquisição de insumos novos e padronizados permitirá maior durabilidade da sinalização, redução de custos com manutenções corretivas frequentes, melhoria da segurança viária, eficiência operacional e uniformidade visual da sinalização no município, configurando-se como a alternativa mais eficiente, econômica e juridicamente segura para o atendimento da demanda pública.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

A estimativa das quantidades de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical foi definida com base na análise da extensão da malha viária urbana do Município, na demanda recorrente por implantação, reforço e manutenção da sinalização, bem como no desgaste natural dos materiais atualmente existentes.

Considerou-se, ainda, o volume de intervenções realizadas rotineiramente pelo Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, tanto em ações preventivas quanto corretivas, abrangendo



vias urbanas e áreas de maior fluxo de veículos e pedestres, além da necessidade de atendimento a demandas emergenciais decorrentes de acidentes, eventos, obras viárias e alterações na organização do tráfego. As quantidades estimadas foram dimensionadas de forma a garantir a continuidade dos serviços de sinalização viária, a padronização dos materiais aplicados e a reposição adequada dos insumos ao longo do período de vigência contratual, assegurando condições adequadas de segurança viária e eficiência operacional, sem prejuízo ao equilíbrio orçamentário da Administração.

Considerou-se, ainda, que as ações operacionais do órgão são executadas por meio de equipes próprias, utilizando veículos e equipamentos de apoio, sendo a sinalização viária um elemento complementar e indispensável para a organização do tráfego, a segurança dos usuários da via e a eficácia das intervenções realizadas, conforme o tipo de ocorrência, local de atuação e planejamento operacional.

Diante desse cenário, estimou-se adequada a aquisição de quantitativos suficientes de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, compatíveis com as necessidades operacionais do DEMUTRAN e com a dinâmica das ações de trânsito no Município. A estimativa não pressupõe a aplicação integral e simultânea de todos os materiais em curto espaço de tempo, mas visa assegurar disponibilidade operacional contínua para atendimento das demandas ordinárias, execução de intervenções programadas, cobertura de eventos de grande porte, atendimento a situações emergenciais e reposição de sinalização danificada ou desgastada. A definição dos quantitativos considerou a necessidade de garantir disponibilidade operacional adequada ao longo da vigência contratual, levando em conta a extensão da malha viária urbana, a frequência das intervenções realizadas, o desgaste natural dos materiais, a padronização da sinalização conforme as normas vigentes e a otimização dos recursos públicos, de modo a assegurar eficiência, segurança viária e continuidade dos serviços prestados à população. O prazo de vigência da contratação será de até 24 (vinte e quatro) meses, considerando a natureza continuada do objeto e a necessidade de garantir a continuidade do serviço.

A definição considerou a necessidade de disponibilidade operacional dos insumos, levando em conta:

I – A realização de eventos de grande porte no Município, que demandam reforço temporário da sinalização viária para cobertura simultânea de múltiplos pontos e adequação da circulação de veículos e pedestres;

II – A necessidade de reposição periódica de materiais em razão do desgaste natural, intempéries climáticas, intervenções viárias e atos de vandalismo;

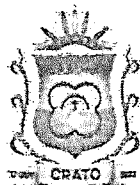
III – A atuação integrada com equipes operacionais e viaturas de apoio, sendo a sinalização viária utilizada de forma complementar às ações de fiscalização, orientação e controle do tráfego;

IV – A dinâmica das ações de organização, fiscalização e patrulhamento do trânsito, que exige flexibilidade na alocação e aplicação dos insumos conforme o tipo de ocorrência e planejamento operacional.

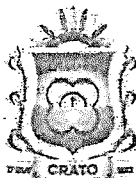
Assim, a quantidade estimada visa garantir a continuidade do serviço público, a eficiência operacional e a segurança viária, sem caracterizar superdimensionamento da aquisição, observando-se os princípios da razoabilidade e da economicidade.

ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÕES	UNI.	QNT.
01	377815	CONE SINALIZAÇÃO ALTURA: 75 CM LARGURA BASE: 40 CM COR: BRANCA/LARANJA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: CONE DE SINALIZAÇÃO SEMIFLEXÍVEL COM BASE DE BORRACHA. ALTURA DE 75CM, 2 FAIXAS REFLEXIVAS, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO.	UNI	300
02	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO	UNI	630

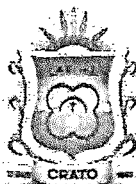
Assinatura



		BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA BRANCA BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.			251
03	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: Tinta AMARELA baldes 18 litros, atendendo as normas ABNT/NBR 13.699 com apresentação de respectivo laudo.	UNI	630	
04	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: Tinta VERMELHA baldes 18 litros, atendendo as normas ABNT/NBR 13.699 com apresentação de respectivo laudo.	UNI	100	
05	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA PRETA BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNI	100	
06	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA AZUL BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	UNI	40	
07	607602	MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: MICROESFERA DE VIDRO RETRORREFLETIVAS DROP ON AC 12 TIPO II A, CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA EM ANEXO. - ESFERICIDADE: HR90 - USADA PARA SITUAÇÕES QUE REQUEREM DESTAQUE DE INCIDÊNCIA DE LUZ E MAIOR DURABILIDADE DE PINTURA. - PODE SER APLICADA IMEDIATAMENTE SOBRE A PINTURA.	UNI	1000	



		COM A TINTA AINDA FRESCA OU MISTURA NA PRÓPRIA TINTA. - RENDIMENTO APROXIMADO DE 400 A 500 G/M ² . - UTILIZADA JUSTAMENTE COM A TINTA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DEVE SER APLICADA POR ASPERSÃO OU MANUALMENTE OU DIRETAMENTE COM A TINTA, AGREGANDO CARACTERÍSTICAS DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE A MESMA. - COMERCIALIZADA EM SACOS DE 25KG. - DEVE SER APLICADA POR ASPERSÃO OU MANUALMENTE DIRETAMENTE COM TINTA. - ESTE MATERIAL ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES: NBR 16184:2013 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA - ESFERAS E MICROESFERAS DE VIDRO - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.		CENTRAL DE LICITAÇÃO
08	607602	MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: MICROESFERA DE VIDRO TIPO IB E SIMILAR A TIPO PREMIX PACOTE DE 25KG; DEVERÁ SER MISTURADA DIRETAMENTE NA LATA DE TINTA, PERMITINDO A RETRO REFLETIVIDADE, AGREGANDO CARACTERÍSTICA DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE DA MESMA; CONFORME LAYOUT DE QUALIDADE DE APLICAÇÃO DA MICROESFERA; PACOTE DE 25KG; ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES: NBR 16.184.2013 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.	UNI	1000
09	479327	RESINA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO COR: BRANCA SOLUBILIDADE: INSOLÚVEL EM ÁGUA COMPOSIÇÃO BÁSICA: COMP A: RESINA; COMP B: ENDURECEDOR TIPO: EPÓXI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADESIVO BICOMPONENTE OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: COLA ADESIVA PARA TACHAS E TACHÕES EPÓXI OU POLIÉSTER, COMPOSTO EM PRODUTO A + PRODUTO B (CATALIZADOR), SENDO QUE A MISTURA A+B ATIVARÁ O PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO (CURA) DA COLA EMPREGADA NA FIXAÇÃO DOS ELEMENTOS SOBRE A VIA EMBALAGEM DE 5KG.	UNI	3000
10	437027	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TACHÃO AMARELO COM REFLETIVO MONODIRECIONAL BRANCO, CONFECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM.	UNI	700
11	437027	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS	UNI	800



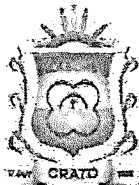
		OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TACÃO AMARELO COM REFLETIVO BIDIRECIONAL BRANCO, CONECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM.		
12.	404276	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO COMPRIMENTO: 23 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SUPORTE/GARFO DE AÇO ALTURA LÃ 25 MM OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: ROLO PARA PINTURA 23CM COM 100% LÃ DE CARNEIRO NATURAL TRAMADA EM TECIDO.	UNI	50
13	397730	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO COMPRIMENTO: 9 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO	UNI	50

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP. Para esse fim, foi realizada pesquisa de preços por meio do Painel de Contratações Públicas, utilizando-se como referência Atas de Registro de Preços vigentes, decorrentes de contratações realizadas por outros órgãos públicos, bem como processos licitatórios similares. O critério adotado para a estimativa foi a média dos valores registrados, considerando itens compatíveis com a aquisição de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, tais como tintas de sinalização, microesferas de vidro, placas, suportes e demais materiais correlatos, conforme documentação e pesquisas anexadas a este Estudo Técnico Preliminar.

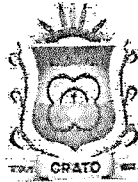
ITEM	CATMAT/C ATSER	DESCRIÇÃO	FONTE	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	377815	CONE SINALIZAÇÃO ALTURA: 75 CM LARGURA BASE: 40 CM COR: BRANCA/LARANJA OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: CONE DE SINALIZAÇÃO SEMI-FLEXÍVEL COM BASE DE BORRACHA, ALTURA DE 75CM, 2 RAIXAS REFLEXIVAS, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO.	1678472000001 25-1- 000337/2025 Painel Nacional de Contratações Públicas	300	R\$ 81,98	R\$ 24.594,00
02	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO RAIXAS EM PISO, ASPALTO E SINALIZAÇÃO	Painel de Preço do Norte Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidade	630	R\$ 314,10	R\$ 197.883,00

Handwritten signature



		OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA BRANCA, COM ALTOS SÓLIDOS, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E COR, ALTA DURABILIDADE E SECAGEM RÁPIDA EM BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	Prefeitura Municipal de Crato do Estado de Ceará			
03	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA AMARELA, COM ALTOS SÓLIDOS, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E COR, ALTA DURABILIDADE E SECAGEM RÁPIDA EM BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	Prefeitura de Crato do Estado de Ceará Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania Prefeitura Municipal de Crato do Estado de Ceará	630	R\$ 314,10	R\$ 197.883,00
04	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA VERMELHA, COM ALTOS SÓLIDOS, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E COR, ALTA DURABILIDADE E SECAGEM RÁPIDA EM BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM	Prefeitura de Crato do Estado de Ceará Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania Prefeitura Municipal de Crato do Estado de Ceará	100	R\$ 314,10	R\$ 31.410,00

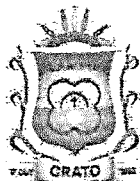
Handwritten signature



		APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO:			FLS. Nº	
05	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA PRETA, COM ALTOS SÓLIDOS, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E COR, ALTA DURABILIDADE E SECAGEM RÁPIDA EM BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	Prefeitura de Instituto do Nome Secretaria Municipal de Segurança Pública Cidade de Crato Piedade Municipal de Instituto do Nome	100	R\$ 314,10	R\$ 31.410,00
06	262732	TINTA DEMARCAÇÃO SINALIZAÇÃO BASE: ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES MÉTODO APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL E PISTOLA APLICAÇÃO: MARCAÇÃO FAIXAS EM PISO, ASFALTO E SINALIZAÇÃO OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TINTA AZUL, COM ALTOS SÓLIDOS, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E COR, ALTA DURABILIDADE E SECAGEM RÁPIDA EM BALDES 18 LITROS, ATENDENDO AS NORMAS ABNT/NBR 13.699 COM APRESENTAÇÃO DE RESPECTIVO LAUDO.	Prefeitura de Instituto do Nome Secretaria Municipal de Segurança Pública Cidade de Crato Piedade Municipal de Instituto do Nome	40	R\$ 314,10	R\$ 12.564,00
07	607602	MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Prefeitura de Instituto do Nome Secretaria Municipal de Segurança	1000	R\$ 195,00	R\$ 195.570,00

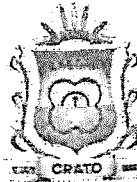
Handwritten signature

		<p>OBSERVAÇÃO</p> <p>COMPLEMENTAR:</p> <p>MICROESFERA DE VIDRO RETRORREFLETIVAS DROP ON AC 12 TIPO II A CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA EM ANEXO. ESFERICIDADE: HR90 USADA PARA SITUAÇÕES QUE REQUEREM DESTAQUE DE INCIDÊNCIA DE LUZ E MAIOR DURABILIDADE DE PINTURA. - PODE SER APLICADA IMEDIATAMENTE SOBRE A PINTURA, COM A TINTA AINDA FRESCA OU MISTURA NA PRÓPRIA TINTA. - RENDIMENTO APROXIMADO DE 400 A 500 G/M². - UTILIZADA JUSTAMENTE COM A TINTA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DEVE SER APLICADA POR ASPERSÃO OU MANUALMENTE OU DIRETAMENTE COM A TINTA, AGREGANDO CARACTERÍSTICAS DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE A MESMA. - COMERCIALIZADA EM SACOS DE 25KG. - DEVE SER APLICADA POR ASPERSÃO OU MANUALMENTE DIRETAMENTE COM TINTA. - ESTE MATERIAL ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES: NBR 16184/2013 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA - ESFERAS E MICROESFERAS DE VIDRO - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.</p>	<p>PREÇO UNITÁRIO</p> <p>Quantidade</p> <p>Valor</p> <p>Nome</p>			
08	607602	<p>MICROESFERA DE VIDRO PARA REFLETORIZAÇÃO USO: MISTURADA DIRETAMENTE NA TINTA DE SINALIZAÇÃO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA</p> <p>OBSERVAÇÃO</p> <p>COMPLEMENTAR:</p> <p>MICROESFERA DE VIDRO TIPO IB E SIMILAR A TIPO PREMIX PACOTE DE 25KG.</p>	<p>Preço unitário de 100</p> <p>Quantidade de</p> <p>Nome</p> <p>Segmento</p> <p>Município de</p> <p>Sigla do Estado</p> <p>Preço unitário</p> <p>Quantidade</p> <p>Valor</p>		R\$ 100,66	R\$ 100.660,00



		DEVERÁ SER MISTURADA DIRETAMENTE NA LATA DE TINTA, PERMITINDO A RETRO REFLETIVIDADE, AGREGANDO CARACTERÍSTICA DE REFLETIVIDADE E DURABILIDADE DA MESMA, CONFORME LAYOUT DE QUALIDADE DE APLICAÇÃO DA MICROESFERA; PACOTE DE 25KG; ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES: NBR 16.184.2013 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.	Partida de Material de Pintura de			
09	479327	RESINA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO COR: BRANCA SOLUBILIDADE: INSOLÚVEL EM ÁGUA COMPOSIÇÃO BÁSICA: COMP A: RESINA; COMP B: ENDURECEDOR TIPO: EPÓXI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADESIVO BICOMPONENTE OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: COLA ADESIVA PARA TACHAS E TACHÕES EPÓXI OU POLIÉSTER COMPOSTO EM PRODUTO A + PRODUTO D (CATALIZADOR), SENDO QUE A MISTURA A+B ATIVARÁ O PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO (CURA) DA COLA EMPREGADA NA FIXAÇÃO DOS ELEMENTOS SOBRE A VIA EMBALAGEM DE 5KG.	9009.3095.00001 92-1- 000265/2025 Parcela Nacional de Contratação Públicas	3000	R\$ 28,25	R\$ 84.750,00
10	437027	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TACHÃO AMARELO COM REFLETIVO MONODIRECIONAL	9009.3095.00001 92-1- 000265/2025 Parcela Nacional de Contratação Públicas	700	R\$ 25,90	R\$ 84.750,00

Secretaria de
Segurança Pública



Crato
PREFEITURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO/CE

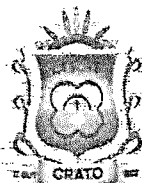
FLS. Nº 258
CENTRAL DE LICITAÇÃO

		BRANCO, CONFECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM.				
11	437027	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA MATERIAL: RESINA DE POLIÉSTER TIPO: TACHÃO COMPRIMENTO: 25 CM LARGURA: 15 CM ALTURA: 5 CM COR: AMARELA TIPO FIXAÇÃO: 2 PINOS OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: TACHÃO AMARELO COM REFLETIVO BIDIRECIONAL BRANCO CONFECCIONADO EM RESINA POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DIMENSÕES MÍNIMAS 250X150X50MM.	909367560001 92-1- 000265/2025 Público Nacional de Contratações Públicas	800	R\$ 26,46	R\$ 21.168,00
12	404276	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO COMPRIMENTO: 23 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SUPPORTO/GARFO DE AÇO ALTURA LÃ 25 MM OBSERVAÇÃO COMPLEMENTAR: ROLO PARA PINTURA 23CM COM 100% LÃ DE CARNEIRO NATURAL TRAMADA EM TECIDO.	909367560001 92-1- 000265/2025 Público Nacional de Contratações Públicas	50	R\$ 25,67	R\$ 1.283,00
13	397730	ROLO PINTURA PREDIAL MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO COMPRIMENTO: 9 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO	909367560001 92-1- 000265/2025 Público Nacional de Contratações Públicas	50	R\$ 10,46	R\$ 523,00
R\$ 917.828,50						

O valor estimado da contratação é de R\$ 917.828,50 (novecentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos.), conforme levantamento no referido painel e contratos públicos. A despesa decorrente da presente contratação será custeada com recursos do Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN), conforme a seguinte dotação orçamentária:

Avenida Perimetral Dom Francisco, Nº 220, São Miguel, CEP: 63.122-375 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | ssp@crato.ce.gov.br
www.crato.ce.gov.br

Assinatura



Unidade Orçamentária	Projeto Atividade	Dotação orçamentária	Natureza da Despesa
Fundo Municipal de Trânsito do Município de Crato	Modernização e Sinalização do Trânsito	08.04.06.451.0802.2.043.0000	33.90.30.00

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação será parcelada por itens e lotes, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", e § 2º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da diversidade e da natureza distinta dos insumos que compõem o objeto, os quais abrangem materiais destinados à sinalização viária horizontal e vertical, tais como tintas de sinalização, microesferas de vidro, placas, suportes e demais insumos correlatos.

Os itens agrupados em cada lote não serão objeto de subdivisão, considerando critérios de padronização, coerência técnica e viabilidade econômica, de modo a assegurar a compatibilidade dos materiais aplicados e a uniformidade da sinalização viária no Município.

O parcelamento tem por objetivo ampliar a competitividade, evitar licitação deserta e possibilitar a participação de fornecedores especializados em cada tipo de insumo, assegurando maior eficiência operacional, melhor gestão contratual e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações correlatas e/ou interdependentes que guardam relação com o objeto da aquisição pretendida.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O processo em apêço encontra-se previsto no quadro PCA - 2026 da Secretaria de Segurança Pública.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição de insumos destinados à manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, espera-se fortalecer a atuação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, por meio do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, promovendo melhores condições de organização, orientação e segurança do tráfego no território municipal.

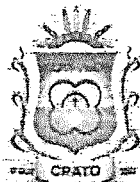
A disponibilização de materiais adequados e padronizados permitirá maior eficiência na implantação e manutenção da sinalização viária, contribuindo para a redução de riscos de acidentes, melhoria da fluidez do trânsito e aumento da segurança de condutores, pedestres e demais usuários das vias públicas. Espera-se, ainda, a redução de custos decorrentes de manutenções corretivas frequentes, em razão da maior durabilidade e qualidade dos insumos adquiridos.

Pretende-se, por fim, assegurar a padronização da sinalização conforme as normas técnicas e de trânsito vigentes, fortalecer a identidade visual da sinalização municipal e ampliar a eficiência das ações de mobilidade urbana e segurança viária, resultando em um serviço público mais eficaz, contínuo e confiável para a população.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a plenitude da solução contratada, não se faz necessária grandes adequações no ambiente do órgão/secretaria ou mudanças significativas nos procedimentos em uso.

Assinatura



12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência e efetividade.

Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, pelo que recomendamos o prosseguimento da pretensão contratual.

Crato, CE, 11 de março de 2026

Fabiane Feitoza Freire
Equipe de Planejamento

Fabiane Feitoza Freire

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

À

Pregoeira Do Município De Crato/CE.

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

Objeto: _____

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Municipal e Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

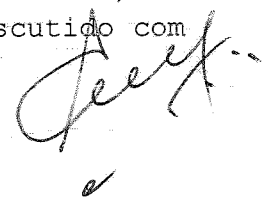
2. Formação do Preço

ITEM OU LOTE							
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
		O	.	.			

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

Declaro, sob as penas da lei, em especial o art 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de que trata o Edital, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante em potencial;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante em potencial a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com



qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração, antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

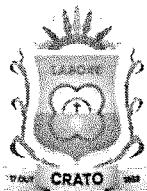
Declaro sob as penas da Lei, que os preços praticados na proposta de preços, estão de acordo com os preços praticados no mercado atual, ciente da responsabilidade e das penalidades caso estejam inexequíveis ou superfaturados.

Local, data

Assinatura de representante legal
(nome do cargo)



Central
de Licitação



Crato
PREFEITURA

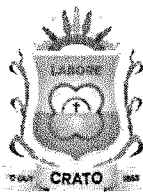


PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO/CE

FLS. Nº 263

CENTRAL DE LICITAÇÃO

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO



MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____

(Processo Administrativo nº _____)
Pregão Eletrônico nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CRATO-CE,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICI-
PAL _____ E
_____.

O MUNICÍPIO DE CRATO-CE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE** _____, com sede na Av. Perimetral Dom Francisco, 220, São Miguel, CEP: 63.122-375 Crato-CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.587.975/0001-07, neste ato representado pelo Secretário Sr. _____, nomeada pela Portaria nº ____/GP, de ____ de ____ de _____, publicada no DOM de ____ de ____ de _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____, tendo em vista o que consta no Processo nº (processo Administrativo) e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº** _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
		O	.	.			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A execução do contrato deverá ser acompanhado(a) e fiscalizado(a) pelo(a) fiscal de Contrato, Sr.(a) _____, Portaria de Designação nº _____ e como Fiscal substituto, Sr(a) _____, Portaria de Designação nº _____, e atender a todos os regramentos referentes a sua temática, conforme a Lei 14.133, art 117 e Anexo VI do Decreto Municipal 1602001/2023-GP.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

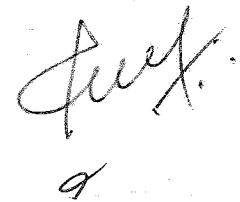
5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se



a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.3. Estando toda documentação correta, o servidor encaminhará, através de fluxo regido pela Secretaria de Finanças e Planejamento, para realização de trâmites e pagamento.

6.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de preferência no banco BRADESCO.

6.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias da prestação do serviço ou da entrega completa do bem, respeitadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 - GP.

6.6. Deverá ser respeitada a ordem cronológica exigida no artigo nº 141, Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do item contratado ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o artigo nº 124 da lei nº 14.133/21 e Anexo VII do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.7.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



8.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

8.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

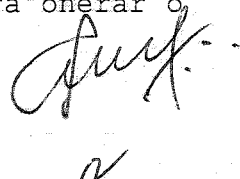
9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;



9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

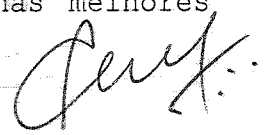
9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.22. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.23. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

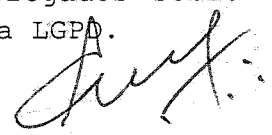
10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



10.7.O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

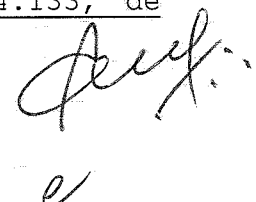
4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

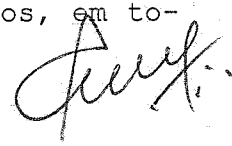
12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em to-



9

dos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

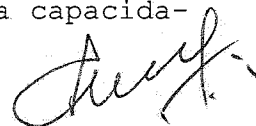
13.1.1. contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Dotação Orçamentária: _____ (_____).

II. Elemento de Despesa: _____.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

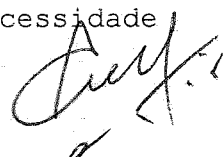
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade



de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça da Comarca de Crato no Estado do Ceará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Crato-CE, ____ de _____ de ____.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1: Nome:

2: Nome:

